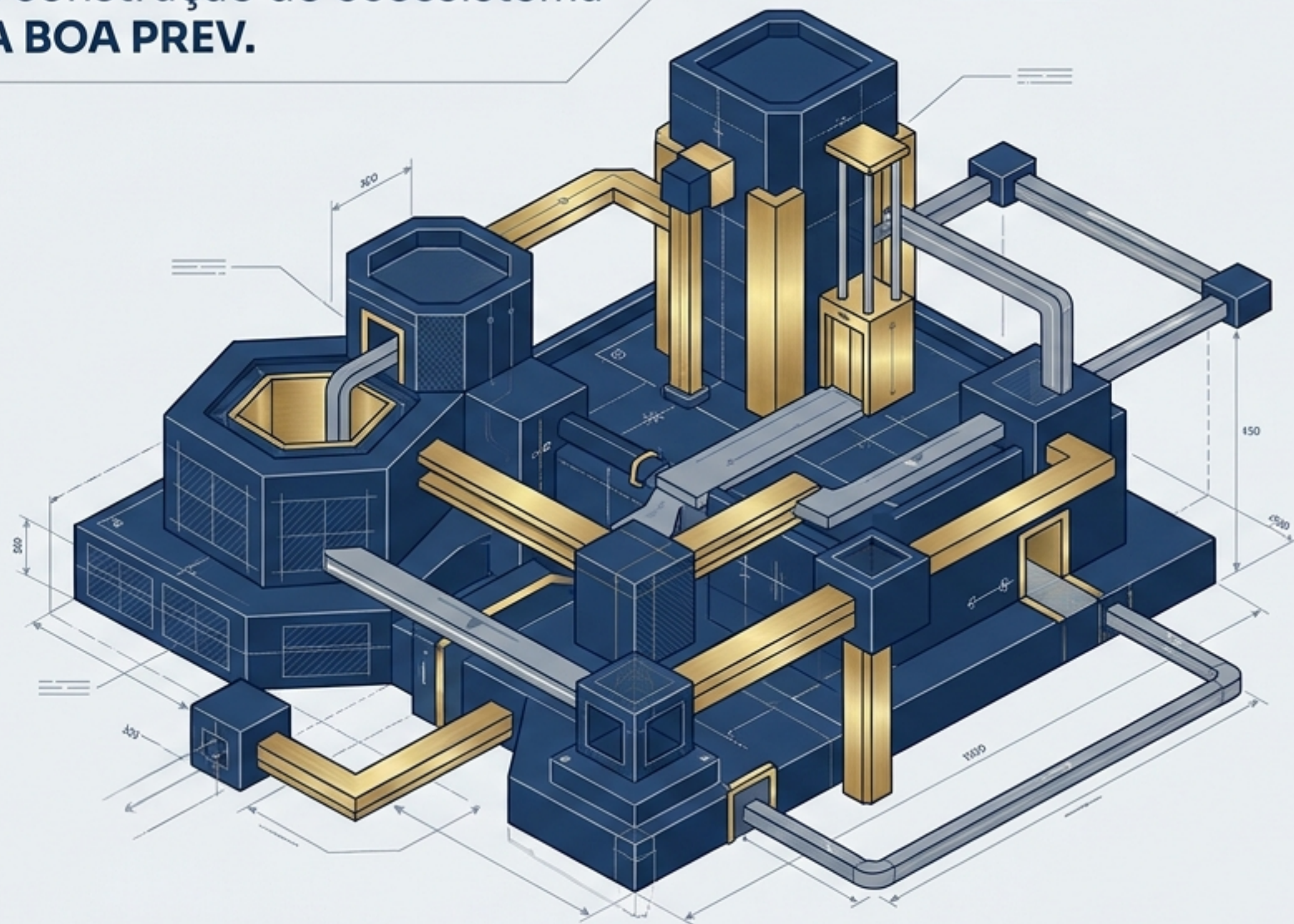
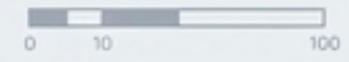


O Futuro da Previdência em Vila Boa

Da transição legal à construção do ecossistema sustentável do **VILA BOA PREV.**



A Nova Arquitetura Previdenciária

Governança Blindada

Estrutura profissionalizada de 4 conselhos com exigência rigorosa de certificação técnica (Pro-Gestão).

Solvência Matemática

Plano de amortização atuarial de longo prazo, garantindo a liquidez das futuras gerações até 2058.

Regime Complementar

Sistema de duplo-teto (RPPS + RPC) para equidade e proteção do teto constitucional.

A TRILHA DE MODERNIZAÇÃO (2003 – 2026)

2003 | LEI 156

Criação do FUNPRESVIB
(Fundo legado, alíquota original de 6%).

2020 | LEI 361

O Choque Federal (EC 103).
Adequação obrigatória e alíquota de 14%.

2021 | LEI 384

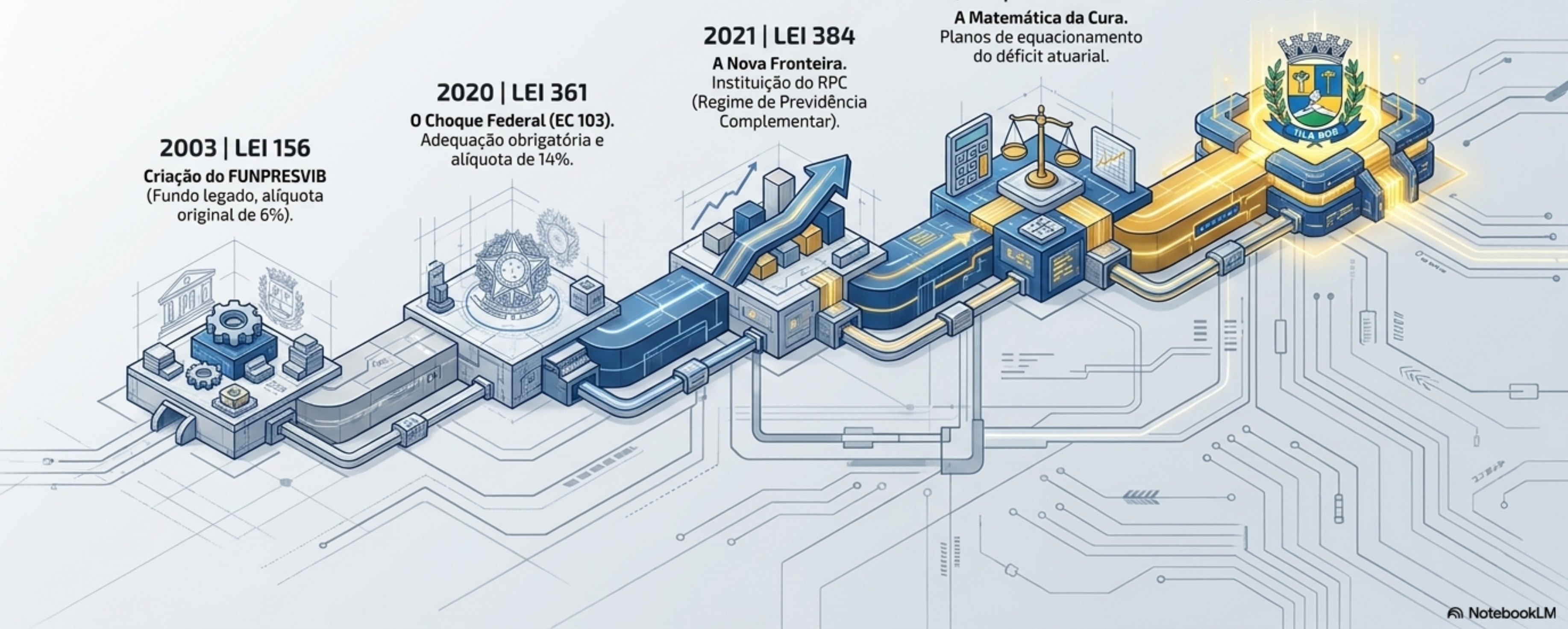
A Nova Fronteira.
Instituição do RPC
(Regime de Previdência Complementar).

2023/24 | LEIS 415 E 435

A Matemática da Cura.
Planos de equacionamento do déficit atuarial.

2026 | LC 473

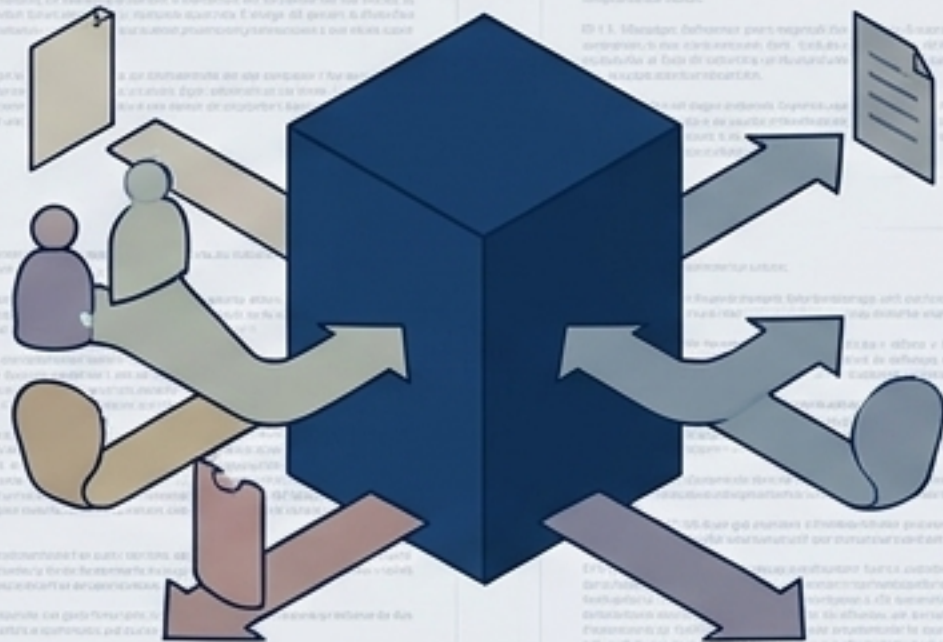
O Ecossistema Completo.
Reestruturação total e nascimento do VILA BOA PREV.



O Impacto Federal: Emenda Constitucional nº 103

Cenário Anterior

Regras estatutárias locais isoladas;
absorção total de todos os benefícios
temporários pelo fundo.



O Novo Padrão (Lei 361/2020)

Aliquota Base

Fixação do piso contributivo obrigatório em 14%.

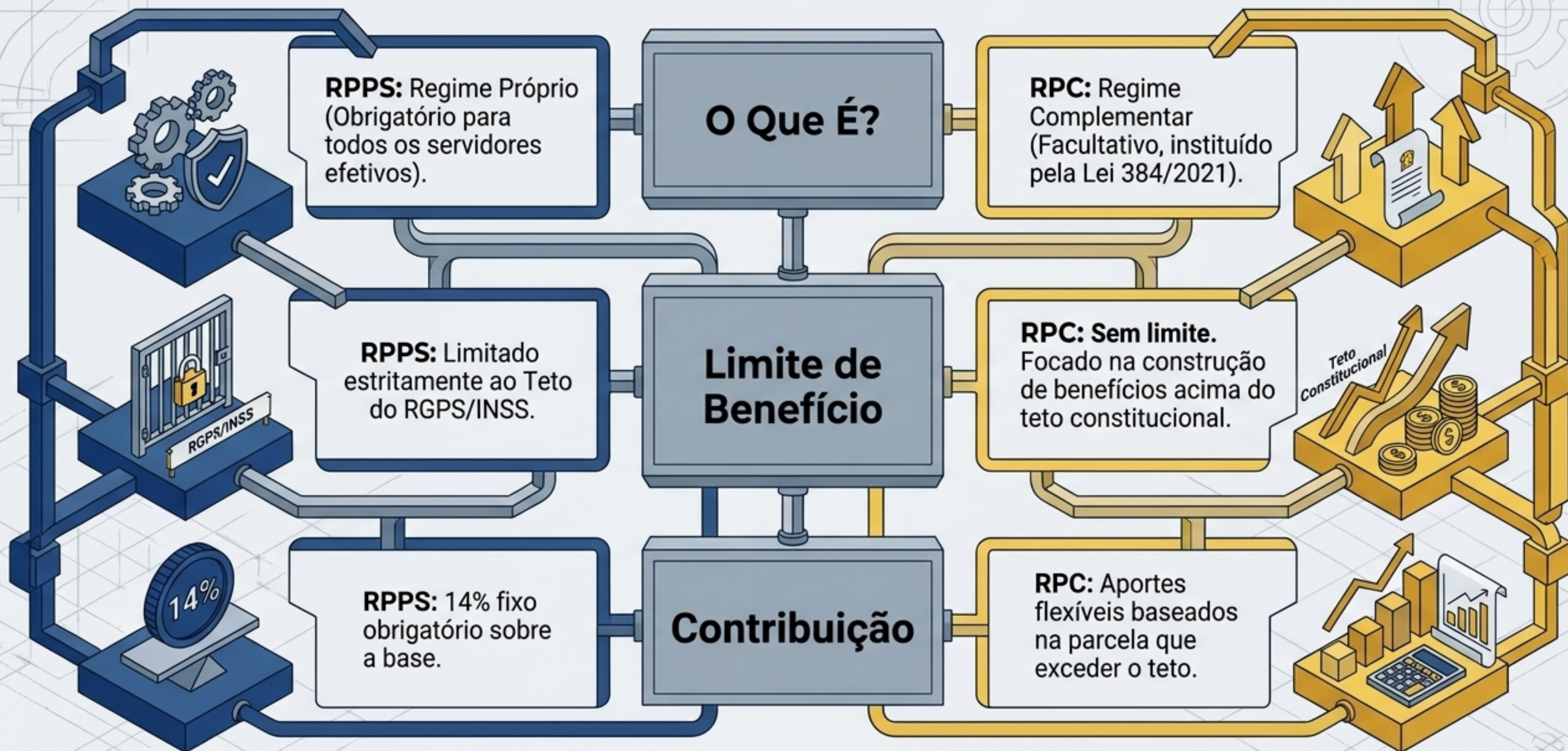


Separação de Riscos

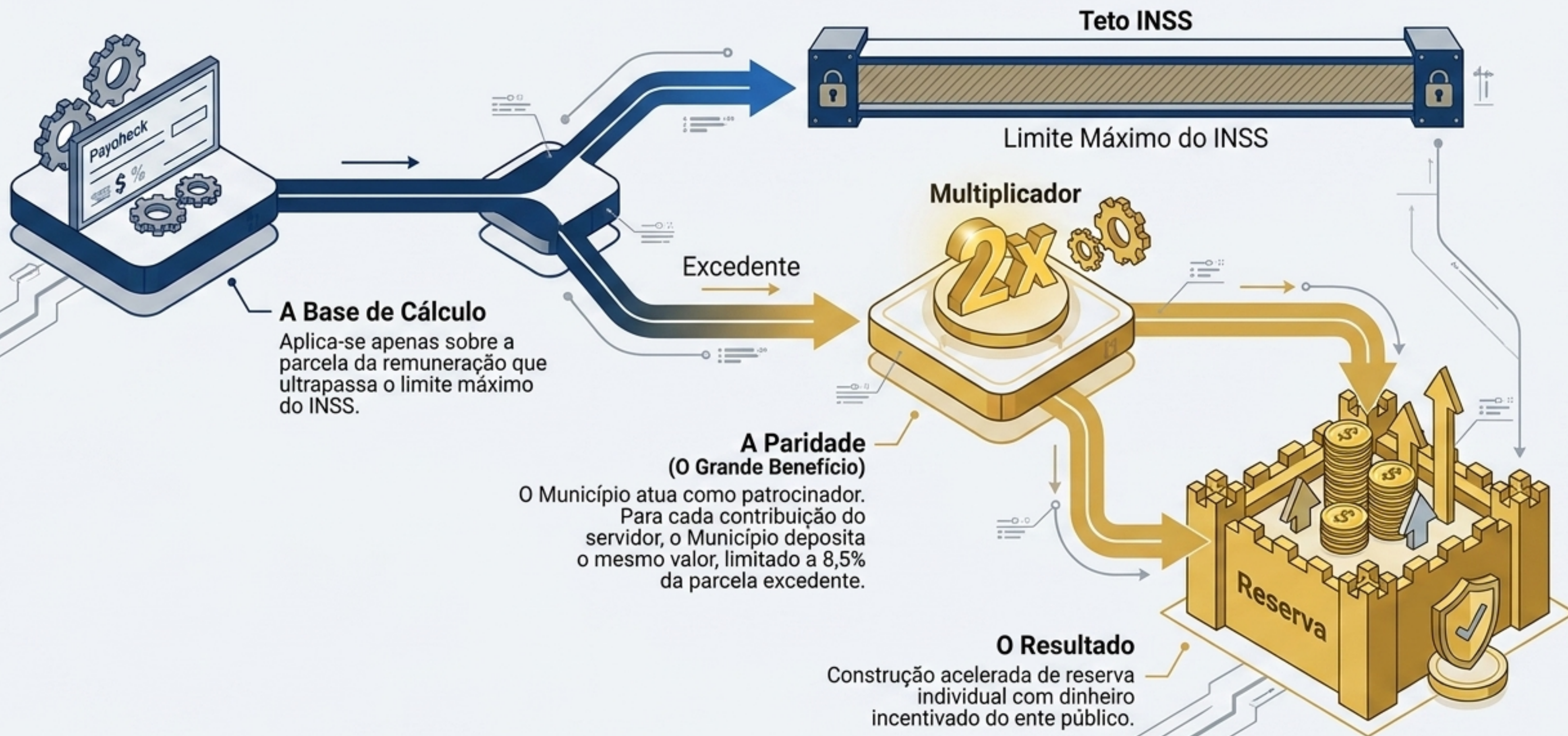
Benefícios temporários
(auxílio-doença, salário-maternidade)
passam a ser pagos diretamente
pelo Tesouro Municipal, blindando o
fundo previdenciário.



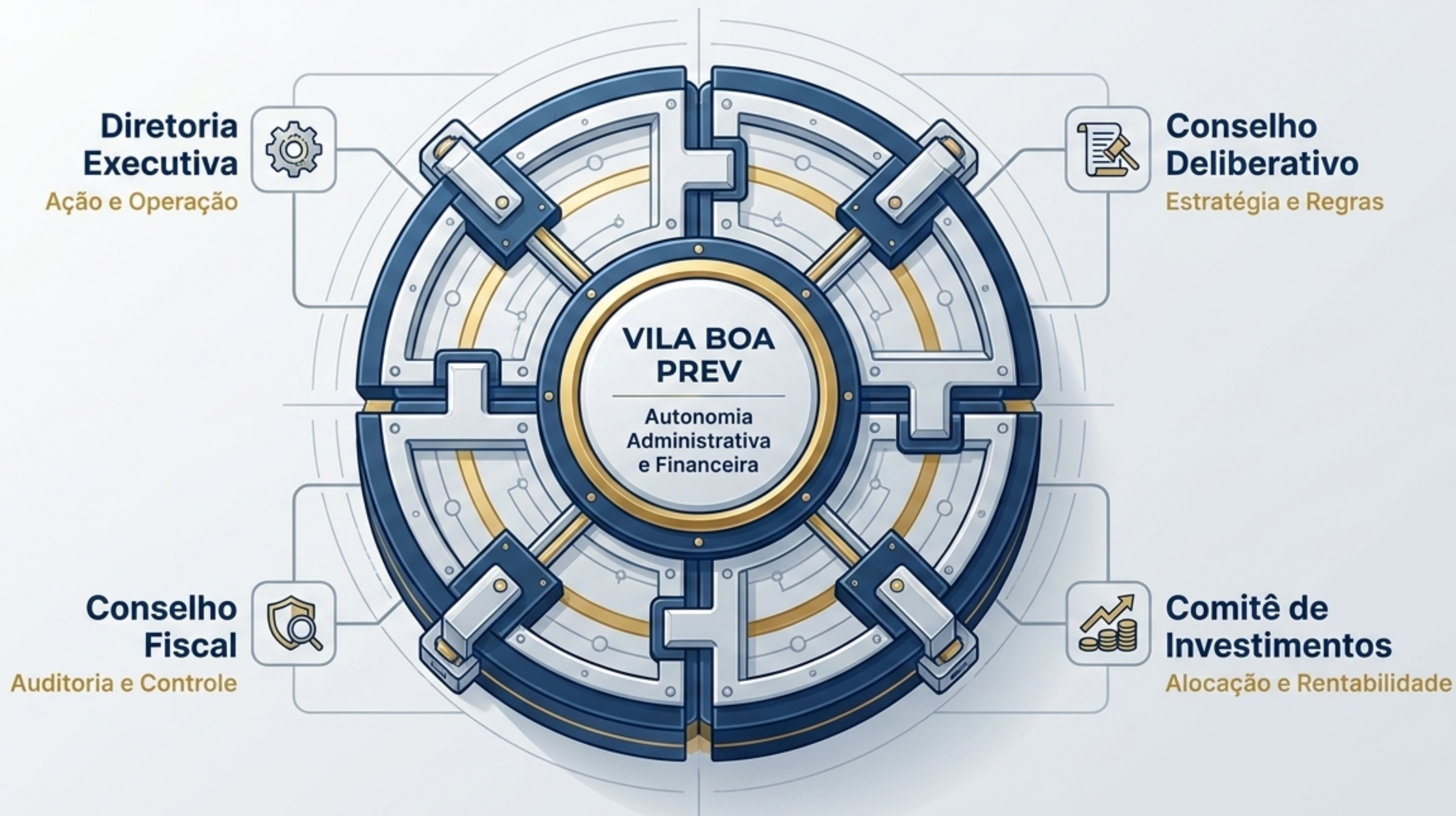
O Sistema de Dupla Camada: RPPS vs. RPC



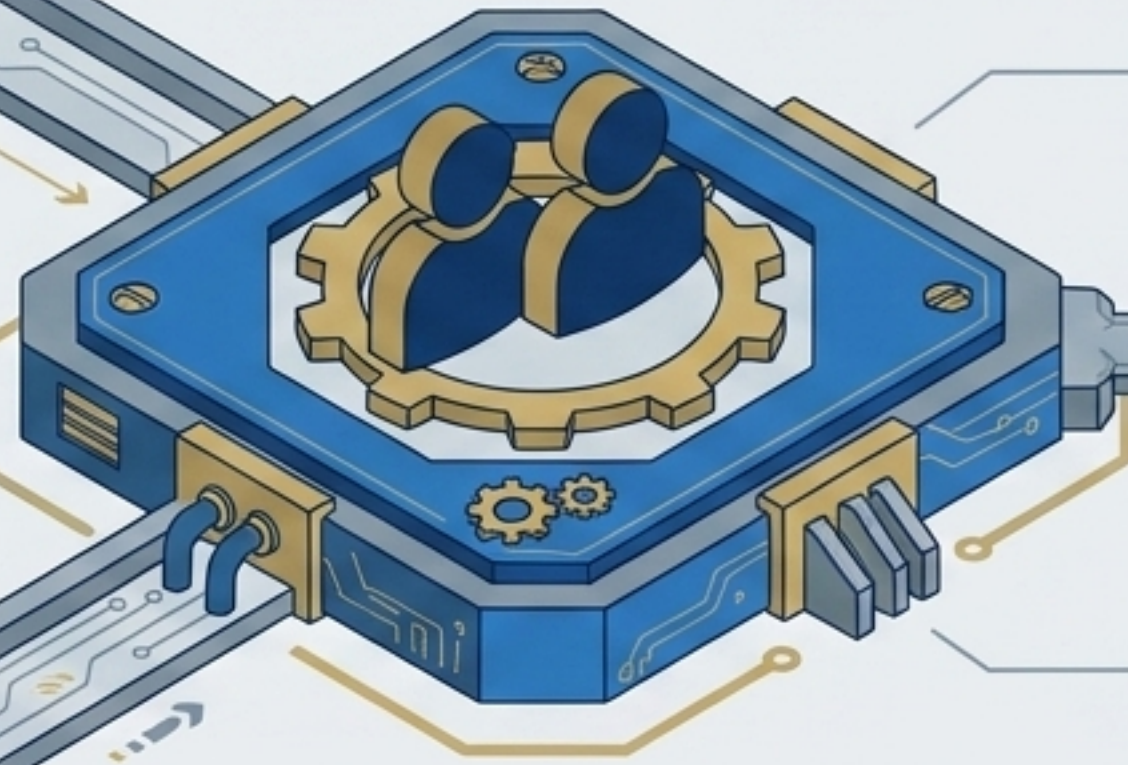
A Engrenagem do Regime Complementar (RPC)



A Nova Arquitetura de Governança



Gestão e Decisão



Diretoria Executiva

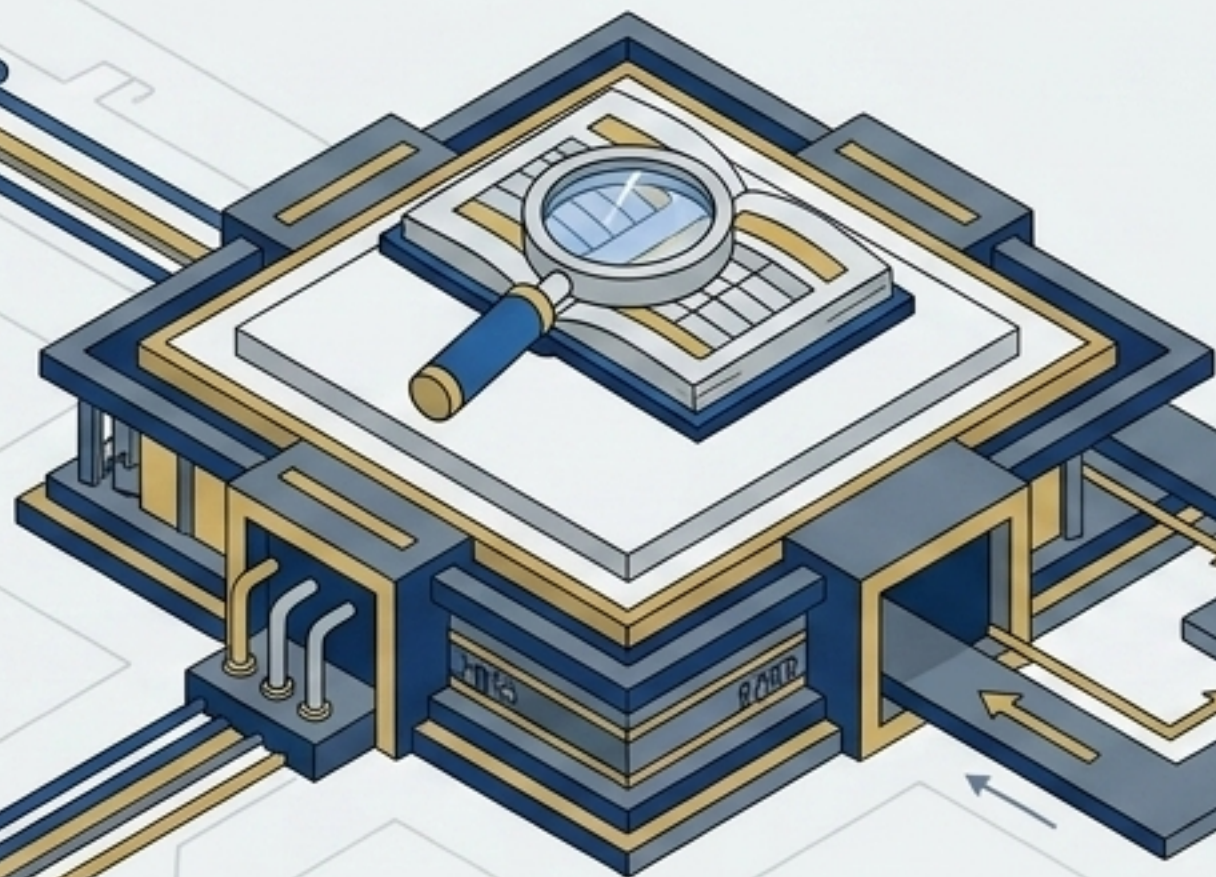
Composta por 2 membros (Gestor e Diretor Financeiro). Responsável pela folha de pagamento, concessão de benefícios e PPA. Mandato de 4 anos. Formada exclusivamente por servidores de carreira.



Conselho Deliberativo

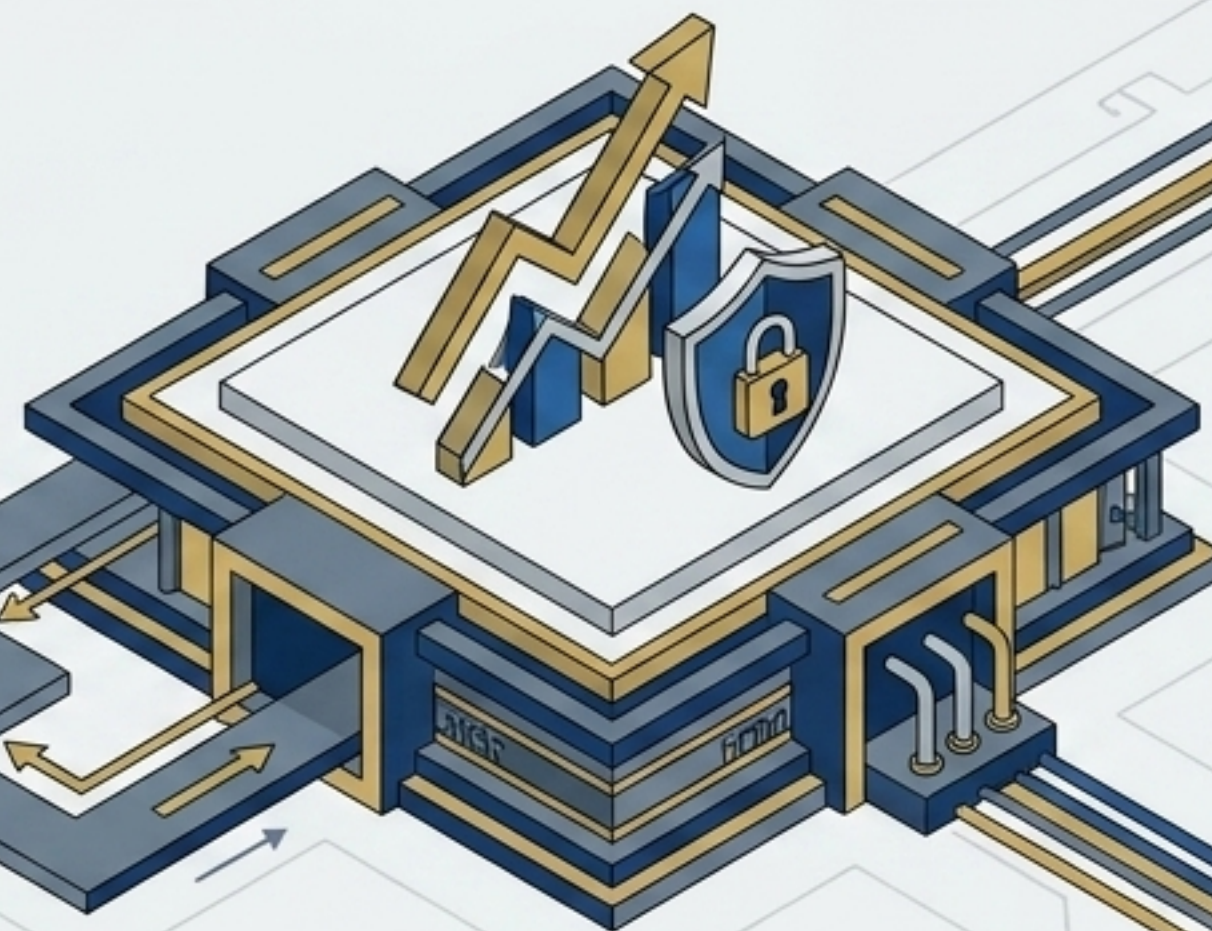
O órgão supremo. Composto por 5 membros: 2 indicados pelo Executivo, 1 pelo Legislativo e 2 eleitos pelos segurados. Responsável pela deliberação de regras com reuniões bimestrais rigorosas.

Auditoria e Multiplicação do Patrimônio



Conselho Fiscal

O "Cão de Guarda". Composto por 3 membros. Avalia balanços anuais, verifica a coerência das premissas atuariais e relata qualquer discordância diretamente aos órgãos de controle.



Comitê de Investimentos

Os Estrategistas. Composto por 3 membros. Analisa cenários macroeconômicos, define a política de alocação de recursos e blinda os fundos garantidores contra riscos operacionais e de mercado.

A Blindagem da Certificação Institucional

Filtro Acadêmico e Ético

Exigência de formação de nível superior e ausência total de condenação criminal ou improbidade administrativa.

Filtro Técnico (Portaria MTP nº 1.467/2022)

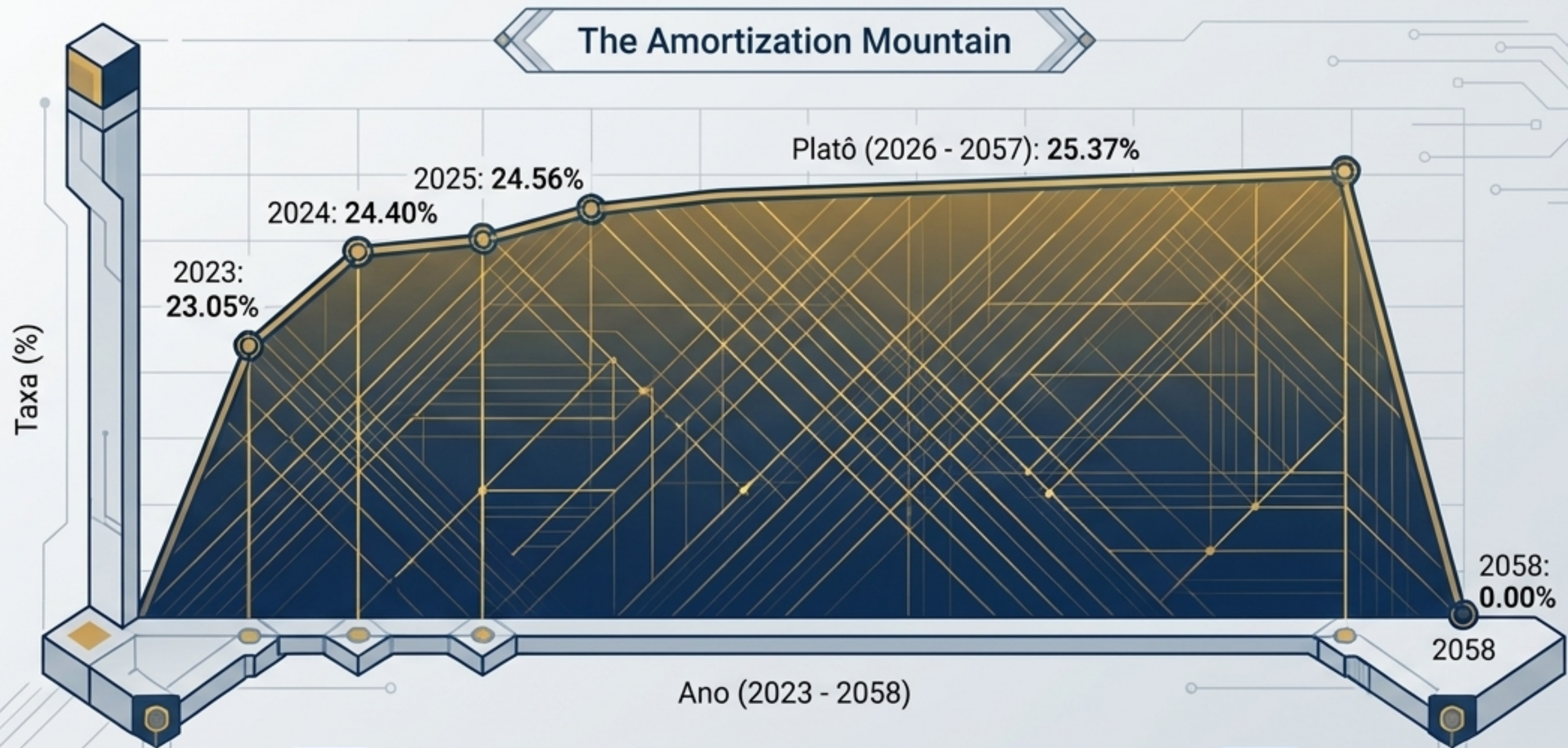
Comprovação prévia de experiência nas áreas financeira, contábil, atuarial, jurídica ou de auditoria.

Pro-Gestão

Obrigatoriedade de certificação federal. Validade máxima de 4 anos, exigindo rigorosa qualificação e educação continuada.



Solvência Matemática: O Plano de Equacionamento



O Município assume um **Custo Suplementar** rigoroso e crescente (além da alíquota normal) incidente sobre a totalidade da folha para garantir que o déficit atuarial histórico seja matematicamente **zerado** em 2058.

A Jornada do Segurado: O Recadastramento Anual

Passo 1: O Gatilho

Ocorre obrigatoriamente no mês do aniversário do beneficiário. Um aviso formal é emitido no contracheque.



Passo 2: A Ação

Atualização cadastral obrigatória. Pode ser realizada presencialmente na sede do RPPS ou digitalmente via aplicativo oficial.

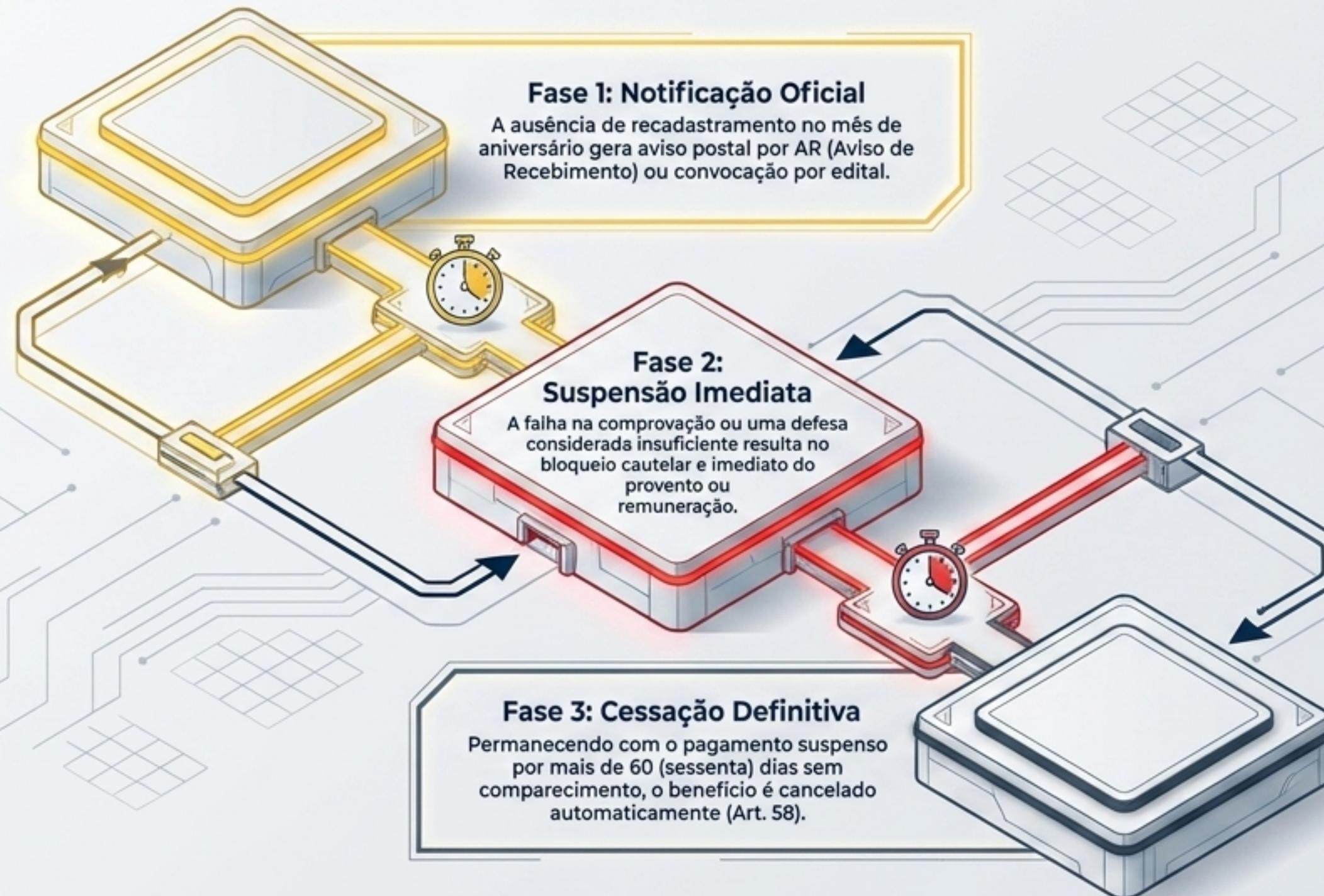


Passo 3: A Documentação

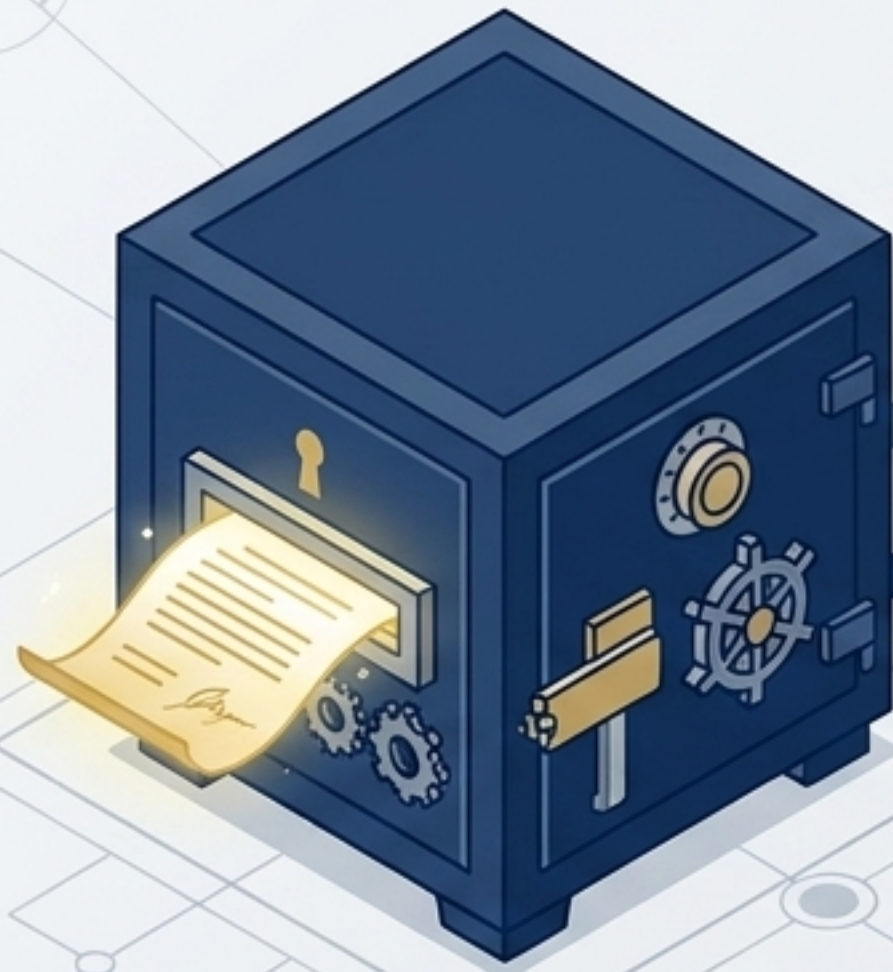
Apresentação exigida de Documento de Identidade (RG/CNH), CPF, Comprovante de Endereço atualizado e o último contracheque.



O Risco da Omissão: Prazos e Consequências



Defesa Escrita e Reativação de Benefícios



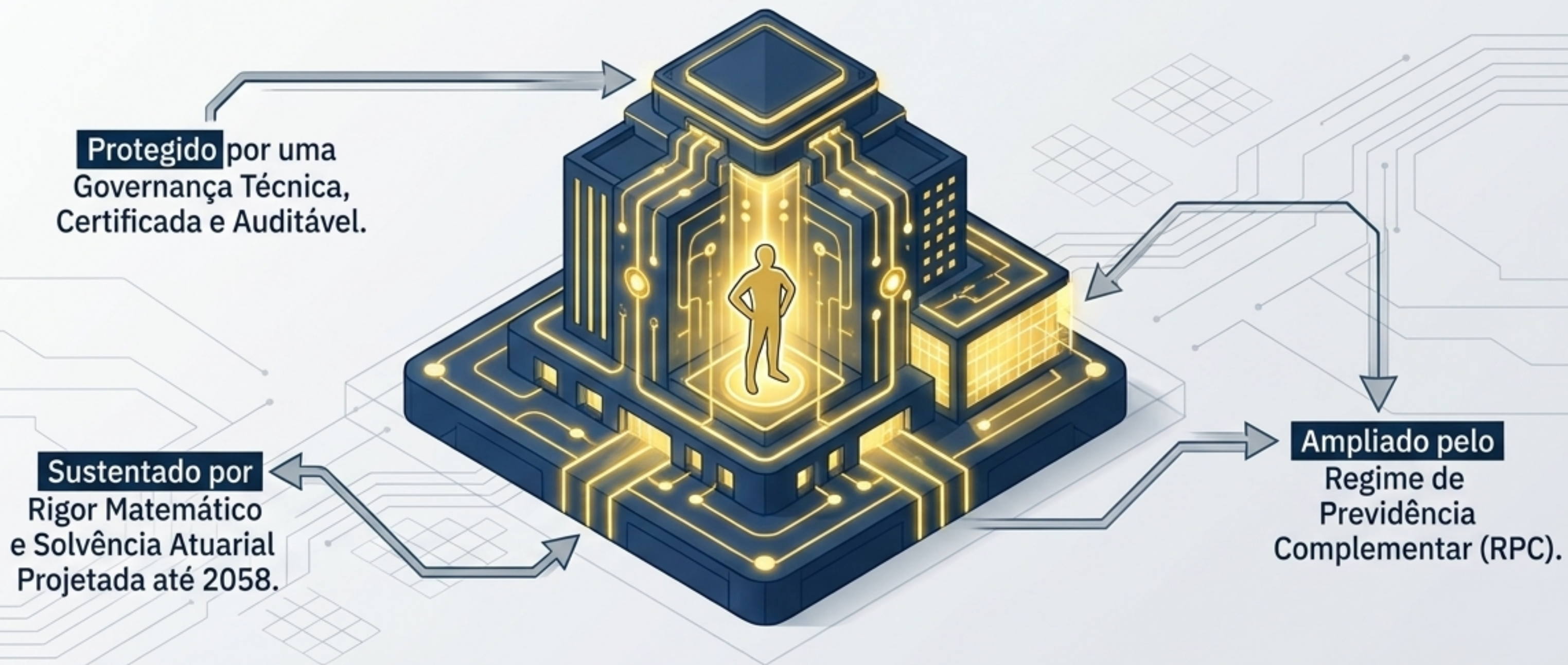
O Protocolo de Defesa

O segurado possui o direito legal de protocolar defesa escrita no RPPS, justificando a impossibilidade de comparecimento por falta de documentação ou motivos de força maior.

Os Três Caminhos de Análise:

1. **Prorrogação:** Concessão de prazo estendido de mais 10 dias para regularização.
2. **Insuficiência:** Recusa formal da defesa, mantendo-se a suspensão do benefício.
3. **Regularização:** Aceitação da defesa, reativação do pagamento e processamento retroativo imediato dos valores que haviam sido retidos.

VILA BOA PREV: Um Ecossistema Construído para Gerações



O futuro da sua aposentadoria deixou de ser apenas um conjunto de leis isoladas para se tornar uma instituição física, blindada, transparente e financeiramente inabalável.